



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS – DLLV**

**CLÁUDIA GARIBOTTI BECHLER**

**A PRODUÇÃO DA MULHER NO DISCURSO D’AZMINA DURANTE A OLIMPÍADA  
DE 2016 NO RIO DE JANEIRO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2017**

CLÁUDIA GARIBOTTI BECHLER

A PRODUÇÃO DA MULHER NO DISCURSO D'AZMINA DURANTE A OLIMPÍADA  
DE 2016 NO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso – Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito indispensável à obtenção do grau de bacharela em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Atilio Butturi Júnior

FLORIANÓPOLIS

2017

Dedico este trabalho a todas as mulheres que abriram os olhos para as pequenas (e grandes) discriminações e violências sofridas diariamente por nós, em todos os âmbitos sociais, e partiram à luta por uma sociedade mais igual.

Para meus pais, *in memoriam*.

Para minha filha, a adolescente mais madura e feminista que conheço.

## AGRADECIMENTOS

A história da minha graduação é longa e muitas vezes pensei em desistir dela. Pensei não merecer o título, embora eu o quisesse muito. Vários foram os pensamentos que tive que enfrentar, escolhas difíceis, prioridades que tiveram de ser estabelecidas, e a graduação nem sempre pôde estar no topo da lista. Então, embora não tenha chegado sozinha na realização final, em primeiro lugar agradeço a mim mesma, por ter enfrentado meus demônios e conseguido chegar até aqui.

Agradeço minha mãe, *in memorian*, que tinha o sonho de ver a sua segunda filha formada também. Ela que tornou possível a minha vinda para Florianópolis e acreditou sempre que eu podia e devia buscar uma graduação. Queria vê-la na cadeira me aplaudindo no dia da formatura, mas infelizmente ela não poderá ver a conquista que, em grande parte, também é dela. Vou imaginá-la ao meu lado o tempo todo.

Ao meu pai, *in memorian*, que sempre me inspirou com sua inteligência – e com a sintonia incrível que tínhamos – a enxergar o mundo de forma crítica, me instigou a ler de tudo e, mesmo há tantos anos ausente, ainda é fonte de aprendizado e de boas lembranças.

Ao meu orientador, Atilio, por ter despertado em mim o interesse pela Análise do Discurso e ter acreditado na minha proposta de trabalho de conclusão, pelos conselhos e leituras recomendadas, pela crítica honesta e por sua postura “gente como a gente” que nos deixa à vontade para questionar e aprender.

Além dessas, nessa trajetória não foram poucas as pessoas que fizeram a diferença e me mantiveram de pé. Minha irmã, Márcia, obrigada por estar sempre disponível para mim e por torcer sempre pelo meu desenvolvimento. As *Minas das Letras* (Carol, Maíra, Bea, Marina, Ana, Crys) pelo apoio real e virtual em todos os assuntos acadêmicos e não acadêmicos, por compartilharem suas vidas comigo e entenderem tão bem a minha. Ver o sucesso de vocês me faz querer mais também, e mostra sempre que podemos ser, sim, quem e o que quisermos nesta nossa sociedade. A Priscila, não só pela amizade, mas também pelas oportunidades profissionais que abriu para mim. Minhas amigas e mentoras na vida, Elaine Maritza, Daniela Sgiers e Cecília Zancan, pela amizade apesar das distâncias, pelo apoio por tantos anos e em tantos momentos, pelos exemplos de mulheres que são para mim. Sou uma pessoa melhor sempre que interajo com vocês.

Por fim, mas não menos importante, minha filha Stella, agradeço por compreender minhas falhas e entender minhas ausências, por acreditar e confiar em mim, por ser, já nesta idade, uma pessoa melhor do que eu era na mesma fase em que estás agora. Mais do que qualquer “canudo”, o que me orgulha de verdade é ver o quanto eu tenho conseguido acertar na tua criação e deixar um ser humano melhor para esse nosso mundo tão maltratado e tão difícil de lidar. Meu sonho é um dia te ver nessa posição que estou hoje, torço para que, apesar da triste conjuntura político-social que vivemos no presente, teu futuro seja de esperança e de possibilidades de conquistas reais não só em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, mas em todas as esferas, sendo quem quiser ser, em um mundo em que não precisemos mais apontar e brigar para vermos nossos direitos serem respeitados. Te amo.

*Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?”. Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral - mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato.*

**Chimamanda Ngozi Adichie**

**Sejam todos feministas**

## **RESUMO**

Este trabalho pretende analisar os discursos produzidos sobre a mulher esportista durante a Olimpíada do Rio de Janeiro em 2016 materializados na coluna da Revista AzMina, no portal UOL, durante o período do evento. A intenção é verificar com quais discursos do feminismo e conceitos de gênero a revista opera e questionar se eles conseguem comportarem-se como discursos de resistência heteronormativo, pautado em formações discursivas que restringem a posição de sujeito das mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso. Mídia. Feminismo. Gênero.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 DISCURSO, ENUNCIADO E DISPOSITIVO SEXUAL.....</b>	<b>15</b>
<b>3 GÊNERO E FEMINISMOS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 DISCURSO JORNALÍSTICO E GÊNERO.....</b>	<b>29</b>
<b>4 ANÁLISE DO CORPUS: CONHECENDO AzMINA.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 O LEGADO DA OLIMPÍADA PARA O RIO (E PARA AS MULHERES).....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 CORPO, SEXO E DIFERENÇAS POLIVALENTES.....</b>	<b>43</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“É difícil ser mulher, Cláudia?”, perguntou-me meu orientador em um de nossos encontros. Respondi que sim; em seguida falamos o quanto era difícil ser qualquer coisa que não fosse homem, branco, heterossexual, de classe média-alta. Parece clichê, mas, infelizmente, na nossa sociedade, não possuir os “requisitos” acima leva muitas pessoas a terem suas ações, por melhores que sejam, invisibilizadas e discriminadas.

Mas nem sempre achei difícil ser mulher. Houve um tempo em que eu não considerava as limitações que eram impostas às mulheres como um problema de gênero, eu acreditava que “era assim mesmo”, que “fazia parte do nosso papel social”. Foi na Universidade e através da interação com outras mulheres – conhecedoras dessas questões - que eu comecei a abrir meus olhos para a forma diferente com que as mulheres são tratadas e “discursivizadas”. Portanto, é recente a introdução de palavras como feminismo e feminista no meu vocabulário, bem como as ideias que elas comportam, que estão ainda sendo desbravadas por mim continuamente, através da escuta e da partilha com outras mulheres – e outras leituras - e pelo olhar mais atento às diferenças de tratamento dado a cada gênero em diversas conjunturas.

Atualmente, o acesso a informações sobre os diversos feminismos<sup>1</sup> está facilitado graças ao advento da internet, mesmo que nem sempre esse feminismo venha acompanhado de muito embasamento teórico. Sigo diversas páginas sobre o tema nas redes sociais e foi também a partir delas que comecei a desenvolver um olhar mais atento, principalmente com relação ao que é dito sobre o “feminino” nas mídias, sejam elas impressas, audiovisuais ou virtuais. Esse olhar mais apurado me fez entrar no grupo das famosas “chatas”, “mal-amadas”, que “deveriam estar lavando louça ao invés de estarem delirando e procurando pelo em ovo nas redes sociais”.

Hoje, me causa indignação que o Presidente do nosso país declare, no Dia Internacional da Mulher, que “ninguém é mais capaz de indicar mudanças nos preços dos supermercados do que as mulheres” (ROCHA; MONTEIRO, 2017), além de reduzir a nossa atuação à criação dos filhos em casa. Que, dias depois, o

---

<sup>1</sup> Os feminismos e as diferenças entre eles serão tratados em seção específica deste trabalho.

Ministro da Saúde do mesmo Governo, Ricardo Barros, diga que “as mães não ficam em casa, e as crianças não têm oportunidade, como tinham antigamente, de acompanhar a mãe nas tarefas diárias de preparação dos alimentos” (OLIVEIRA, 2017) e, por isso, as crianças estão sofrendo de obesidade infantil. Para completar os exemplos dados pelos nossos representantes na política, o deputado federal Laércio Oliveira (SD-SE), relator do projeto de regulamentação da terceirização, falou que “ninguém faz limpeza melhor que a mulher” (URIBE, 2017) ao explicar as estatísticas de empregados terceirizados que demonstram que 60% dos postos ocupados no setor de asseio e conservação são ocupados por mulheres. Essas frases, ditas sem o menor constrangimento, algumas em caráter de “elogio”, e com as quais uma boa parcela da sociedade – inclusive mulheres – concorda, demonstra que à mulher parece caber somente o papel de guardiã da educação dos filhos, dos cuidados com a casa e com a família. Talvez há algum tempo essas falas passassem despercebidas por mim também, mas não mais.

Dentre as diversas possibilidades de abordagens para o meu trabalho, chamaram a minha atenção os discursos produzidos na mídia que envolveram atletas mulheres durante a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, e o quanto esses discursos revelaram de regularidades no modo como a mulher ainda é vista, mesmo quando ela é considerada uma atleta de alto rendimento, de nível olímpico. Inúmeros foram os casos que mostraram que as mulheres que estavam representando seus países no maior evento esportivo do mundo, por melhores que fossem, ainda se reduziam a corpos e rostos bonitos (musas), que “se esforçam”, mas “não chegam a demonstrar o mesmo desempenho de um homem”, especialmente em esportes ditos “masculinos”, como o futebol.

Por meio de alguns discursos estatísticos, pode-se dizer que a prática de esportes pauta-se na diferenciação entre os gêneros desde a idade escolar. Em pesquisa disponível na página do Ministério do Esporte, denominada *A prática de esportes no Brasil* (BRASIL, U., 2015), com informações colhidas em 2013, foi apontado que até os 15 anos de idade, enquanto a taxa de abandono da prática de esportes pelos meninos é de 19,3%, para as meninas, ela é de 34,8%. Caso não sejam incentivadas a praticar esportes nesta fase, dificilmente elas terão oportunidades de serem futuras atletas profissionais, visto que em geral os atletas são revelados ainda na infância ou adolescência.

Tal discurso estatístico é corroborado por outros enunciados semelhantes. Assim, na mesma pesquisa do Ministério, vemos nas respostas dos entrevistados que o esporte mais praticado naquele ano foi o futebol, representando 42,7% do total, porém, na divisão por gênero, esse foi o principal esporte para 66,20% dos homens, enquanto apenas 19,20% das mulheres deram essa resposta. Mais do que demonstrar uma preferência pessoal, o discurso opera fazendo crer que o futebol é considerado “coisa de homem”. Isso vem desde as escolas, em que, mesmo hoje, os meninos são incentivados à prática, enquanto às meninas cabe o voleibol (apontado como terceiro esporte mais praticado naquele ano, esteve presente para 5,10% dos homens, contra 20,50% das mulheres).

Tendo em vista o exposto, não me espanta que para muitos – até mesmo algumas mulheres – não cause estranheza que o futebol dos homens (quando a mídia refere-se a “futebol” já sabemos que falará de homens, pois, embora o esporte seja o mesmo, quando as mulheres estão em cena o “futebol” é “feminino”, como se fosse outra prática e não a mesma) seja aquele que receba maiores incentivos, cujos atletas têm os maiores salários e, além disso, sejam também os que recebem maior atenção da imprensa e viram astros da publicidade. Não espanta, também, que o próprio coordenador de futebol feminino da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Aurélio Cunha, tenha declarado, em 2015, o seguinte:

Agora, as mulheres estão ficando mais bonitas, usando maquiagem. Elas vão a campo elegantes. O futebol feminino costumava copiar o masculino. Até mesmo os modelos das camisas eram mais masculinizados. Costumávamos vestir as mulheres como homens. Então, faltava ao time o espírito de elegância e feminilidade. Agora, os shorts são um pouco mais curtos, e o estilo dos cabelos mais cuidadosos. Não são mais mulheres vestidas como homens. (MARCO..., 2015)

Ou seja, ao ser perguntado se a falta de atenção ao futebol feminino pode mudar, em vez de apontar os esforços feitos tanto em termos de gestão da entidade como de desempenho das jogadoras, como o da cinco vezes eleita melhor jogadora do mundo, Marta, o próprio coordenador de futebol feminino da CBF prefere citar a mudança nos uniformes, que expõem mais o corpo das atletas, o uso de maquiagem e os cuidados com os cabelos como pontos que devem atrair mais visibilidade ao esporte praticado por elas.

Diariamente, ao entrarem em contato com manchetes ou reportagens que demonstram tratamento desigual devido ao gênero, páginas e *sites* idealizados por

mulheres repercutem e expõem o *ubuesco* das declarações e, com isso, ajudam outras pessoas a enxergarem essas desigualdades e combatê-las. É o caso da Revista AzMina, uma publicação *on-line* que surgiu da ONG AzMina, uma instituição que diz combater os diversos tipos de violência contra as mulheres por meio do uso da informação e considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. Durante a Olimpíada, AzMina contou com uma coluna no portal UOL Esportes, na qual levantou algumas questões que envolveram gênero e esportes e que serão vistas mais detalhadamente no capítulo 4 deste trabalho. O fato de o UOL dar espaço a um discurso autointitulado feminista, embora deixando claro que “não necessariamente a opinião exposta é a sua”, mostra que não é mais possível ignorar esses discursos. Assim, o portal resguarda-se de futuras críticas, pois mesmo que publique algo considerado “machista”, está também mostrando “o outro lado”.

Dessa perspectiva, tomando os discursos veiculados na coluna da Revista AzMina publicados no portal UOL durante o período da Olimpíada do Rio de Janeiro em 2016, o objetivo deste trabalho é analisar os discursos sobre a mulher e o esporte produzidos pela mídia e os enunciados de resistência e poder que eles colocam em jogo. Mais exatamente, a pesquisa busca interrogar os discursos de AzMina e sua possibilidade de resistência no interior dos discursos da mídia (que, como se verá, erige-se sobre enunciados de virilidade e de heterossexualidade) e a partir de discursos sexuais pautados na incomensurabilidade entre homens e mulheres. Além disso, uma preocupação do trabalho é trazer à tona os discursos sobre e do machismo, aqui entendidos com Castañeda (2006) como as crenças e atitudes que produzem hierarquizações entre a “masculinidade” (uma natureza pretensamente superior dos homens biologicamente marcados) e os atributos negativos da “feminilidade” (construídos sobre corpos e subjetividades de mulheres).

A escolha da Revista AzMina deve-se, inicialmente, pela complexidade de relações estabelecidas entre discursos supostamente antagônicos – o do portal UOL e o de um site “alternativo e feminista”. Além disso, ressalta-se o fato de a Revista AzMina ter conseguido um lugar discursivo – para Foucault (2013), o discurso é, afinal, aquilo pelo que se luta – importante dentro de um dos principais portais de notícias do país. Por fim, AzMina produz seus discursos segundo a ordem da polivalência tática<sup>2</sup>, ora assimilando os discursos de variadas vertentes do feminismo

---

<sup>2</sup> A polivalência tática dos discursos será vista conceitualmente no capítulo 3.

e dos debates atuais sobre o gênero, ora retomando certo fundacionalismo biológico que parecem negar.

Devido à exiguidade de tempo para realização do trabalho, e pela necessidade de estabelecer um recorte que me permitisse dar conta da análise, serão usados apenas os textos veiculados na coluna da Revista AzMina publicados no portal UOL durante o período da Olimpíada, realizada de 5 a 21 de agosto de 2016, no Rio de Janeiro.

Na primeira parte, constarão algumas reflexões teóricas sobre discurso, enunciado e dispositivo sexual tendo como suporte, principalmente, as ideias contidas na *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, em especial as definições acerca de discurso, enunciado e arquivo. Também serão usados outros textos do autor: *A História da Sexualidade*, para tratar sobre a ideia de dispositivo; e *A ordem do discurso* para descrever (e, posteriormente, fazer operar na análise) um dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, que é o comentário.

Em seguida, tratarei sobre Gênero e Feminismos, conceituando gênero a partir de estudiosas do tema como Joan Scott, Linda Nicholson e Teresa de Lauretis, passando também por Margareth Rago para preparar a abordagem a respeito do que é gênero e da construção histórico-social dos discursos sobre as mulheres e o feminismo. Também será feita uma breve explanação a respeito do discurso jornalístico e a sua relação com a ideia de gênero. É importante saber como o espaço do jornalismo lida com essas questões e como algumas formações discursivas constituídas a partir de práticas discursivas heteronormativas e machistas são materializadas no campo do jornalismo e como este campo, em sua produção de notícias, acaba ajudando a reforçar padrões patriarcalistas em duas esferas (produção e consumo de notícias), imaginando possibilidades que permitam – ou não – um deslocamento desse tipo de reforço. Serão apontados, como aporte teórico, estudos de autoras como Ana Veloso e Márcia Veiga da Silva – que trataram das questões de gênero e mídia em veículos predominantemente tradicionais – e Laís Modelli Rodrigues que, em sua dissertação, apresentou as relações de gênero e feminismo que emergem em *blogs* na internet.

A última parte será composta pela análise dos discursos publicados na coluna da Revista AzMina no *site* UOL, durante os Jogos Olímpicos de 2016, e suas intersecções com os outros discursos produzidos pelas mídias, durante a Olimpíada, sobre as mulheres. Com base nos conceitos vistos nas três primeiras partes do

trabalho, pretende-se elaborar uma análise que relacione os discursos elaborados pelas autoras de AzMina e as relações que estabelecem com os demais discursos – e formações discursivas – sobre mulheres e esportes na atualidade.

## 2 DISCURSO, ENUNCIADO, DISPOSITIVO SEXUAL

Para pretender uma análise de discursos sobre o feminino e o esporte em um determinado momento, é necessário lançar mão de alguns conceitos que auxiliem a determinar o que é discurso, enunciado e dispositivo sexual e, também, relacioná-los com outros que ajudem a compreender as relações que os perpassam.

Neste sentido, cabe, de início, trazer as ideias de Michel Foucault em a *Arqueologia do Saber*. Arqueologia, no seu sentido estrito, é uma ciência que estuda a história e culturas de uma sociedade através de monumentos, documentos e objetos encontrados em escavações. Na Arqueologia de Foucault, no entanto, os documentos – no caso do tema deste trabalho, os discursos produzidos sobre o feminino em determinado período e em determinada materialidade – não são vistos como um fim neles mesmos, mas como práticas discursivas que ganham novos sentidos quando atravessados por outros discursos. Enquanto práticas, não são estáticos e determinados, mas apresentam certas regularidades.

Segundo Foucault (2008, p.131-132),

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.

A descrição dos enunciados e dos discursos, nessa perspectiva, busca desprender-se da ideia tradicional que seria a de como se analisar o que foi dito por um autor, por um livro ou por uma obra, por exemplo. Os enunciados não aparecem mais cristalizados, são vistos tanto na dispersão dos acontecimentos históricos quanto a partir de sua materialização e possibilidade de repetição. A ideia da Arqueologia sobre os enunciados não é a mesma de linguistas que visam verificar por quais regras se podem construir novos enunciados, ela se detém no porquê da existência de alguns enunciados e não de outros. Trata-se de definir as condições de existência desses enunciados em sua raridade.

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 31)

Os conceitos de enunciado e de discurso, por sua vez, estão bastante relacionados ao conceito de Formação Discursiva. A Formação Discursiva (FD), em Foucault, diz respeito a

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2008, p. 133)

Para tratar da questão da produção da mulher no esporte durante a Olimpíada, objeto deste trabalho, é possível pensar nas FDs e na produção de um sujeito feminino – ainda, aqui, de forma incipiente. Podemos, de forma imediata, traçar a hipótese de que algumas dessas FDs se relacionam para produzir discursos e formas de subjetividade. A mulher aparece, primeiramente, relacionada a discursos da família, na qual ocupa o espaço da cuidadora, da gestora do lar, da responsável pela criação dos filhos – o que poderíamos entender segundo uma *FD Familiar-Conjugal*, próxima dos deslocamentos que o próprio Foucault sugeria no dispositivo sexual a partir do século XIX: uma preocupação com as crianças, um cuidado com os prazeres femininos, uma preocupação biopolítica acerca dos nascimentos e da vida.

Além disso, uma série de discursos regulares sobre a relação entre a mulher, os discursos de feminilidade, o corpo, o cuidado e a estética aparecem e repetem-se (como veremos nas análises). Neste caso, a possibilidade é pensar que a regulação de um objeto (o corpo feminino), de uma série de conceitos (beleza, juventude, feminilidade) e de estratégias específicas (estabelecer uma diferença entre esportes masculinos e femininos e um lugar limitado para os segundos) opera na forma de uma *FD Estetizante*. É essa FD que determina como a mulher deve apresentar-se fisicamente, segundo certo padrão de corpo (magro, alto, cabelos lisos, sem pelos, maquiagem impecável) e ainda uma FD que a constrói como um ser frágil, sem força física, que deve ser ajudado, protegido – e relaciona-se diretamente aos discursos da *FD Familiar-Conjugal*. Essas FDs remetem, sobretudo, à série de discursos que aparece naquilo que Foucault apresentou, na História da Sexualidade, como a *histerização do corpo da mulher*, uma das estratégias fundamentais do dispositivo da

sexualidade. Como se verá, é a partir de um confronto em relação a tais FDs que o discurso de AzMina se materializará.

Ana Maria Colling (2015, p. 180) afirma que “Nosso corpo tem muito pouco de nós mesmas. Ele é simplesmente um resultado de discursos e de práticas. Ele é, portanto, um efeito histórico”. Para que tenhamos uma percepção sobre a mulheridade, que aparece entre discursos no interior das FDs anteriormente elencadas, é possível apontar certos discursos cuja importância estratégica é axial. Dentre estes, podemos destacar o discurso médico, que dentro de uma relação de saber-poder, contribuiu bastante para a construção de um “sujeito feminino” com características peculiares, que seria fruto de um “defeito” inerente à sua natureza. Usando explicações acerca da anatomia do corpo da mulher, a supremacia do masculino aparece como uma possibilidade de verdade. Desde os estudos mais antigos da área da Medicina, esse corpo “problemático” das mulheres seria a razão para que elas aceitassem a submissão ao homem e se colocassem em uma posição inferiorizada que, ainda hoje, reverbera em diversas dinâmicas sociais.

Esta sujeição da mulher ao seu sexo transforma-se em submissão necessária ao homem. É um discurso simbólico que desempenha a função de justificar a supremacia do homem aos olhos de todos os membros da sociedade, das mulheres e dos homens, transformando o homem na medida de todas as coisas. O pensamento médico, em nome de um determinismo natural, confina a feminilidade em uma esfera que a ordem social lhe destina: a mulher sã e feliz é a mãe de família, guardiã das virtudes dos valores eternos. (COLLING, 2015, p. 193-194)

Traço um panorama bastante breve e não exaustivo, com base em Colling (2015): enquanto na Antiguidade o problema era da ordem da ontologia (o corpo feminino era imperfeito em relação ao masculino, segundo critérios transcendentais), foram os discursos médicos, psiquiátricos e psicanalíticos, surgidos a partir do século XIX, que buscaram mostrar através de conhecimentos “científicos” o que se dizia a respeito do corpo e da mente feminino e o quanto disso influenciava no funcionamento (biológico e social) das mulheres. Pode-se dizer que o poder dos discursos sobre a mulher nos campos da filosofia e da religião foram validados e tornaram-se possibilidade de verdade através da constituição desses saberes. Conforme Foucault (2013, p. 15), mudanças científicas tanto podem ser vistas como descobertas como podem “ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade”. É importante destacar que, como diz Colling (2015, p. 183), “os fundadores dos vários discursos são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino”. A *histerização do corpo da mulher*, já

mencionada aqui, aparece como uma maneira de patologizar uma natureza feminina e criar aparatos que possibilitassem que a mulher pudesse cumprir com seu papel funcional no corpo social (gerar filhos, cuidar da família, educar e ser responsável pelas crianças). Para torná-la capaz, seria, portanto, necessário criar dispositivos médicos, educativos e familiares que dessem conta de contê-la e prepará-la para tais tarefas. Nesse viés, podemos dizer que os dispositivos aparecem como estratégias de poder entre os discursos e o campo das estratégias políticas. Esses dispositivos medeiam a relação dos indivíduos com o mundo e criam formas de subjetividade. No caso da pesquisa aqui apresentada, poderíamos pensar que é a mulher justamente uma dessas formas típicas do dispositivo sexual, uma das figuras apontadas por Foucault sobre a qual o poder deve falar e de quem deve exigir que se fale e que se produza normalização.

Precisamos, ainda, pensar que descrever tais discursos requer uma atenção em relação à lei da dispersão dos enunciados, o arquivo, assim definido na *Arqueologia do Saber*:

[...] é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; (FOUCAULT, 2008, p. 147)

Aqui neste trabalho, é importante ter em mente esse conceito no sentido de se saber o que é possível enunciar, hoje, sobre ser mulher e sobre ser uma mulher no ambiente esportivo e que isso tem sua construção nas relações com a discursividade existente já produzida (ainda que jamais esgotável). O arquivo, por assim dizer, é como o solo que nos permite construir enunciados a partir do que já foi dito, mas é também aquilo que os diferencia e os relaciona constantemente. Conforme Foucault (2008),

Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2008, p. 147)

Creio que seja importante fazer uma pausa nessas reflexões aqui para imaginar como esse conceito de arquivo poderia funcionar atualmente, com a

aparição de novas textualidades, em função da *Web*, já que a análise que proponho fazer no quarto capítulo será de textos de opinião veiculados em um *site* da internet. O ambiente virtual criou novas possibilidades de interação entre os discursos que disponibiliza. Assim, o sujeito inscreve sua passagem por um discurso (nem que seja no rastro deixado pelo IP) e é, ao mesmo tempo, atingido por ele. Buscadores *on-line* permitem que se tenha contato com uma infinidade de produções até que se chegue naquela que pretendíamos ver. Cresce o campo, portanto, do arquivo, e isso traz ao sujeito novos desafios. Para Mangueneau (2015, p.155),

O problema maior, desde então, não é multiplicar estantes e melhorar a classificação dos arquivos, mas determinar o que é preciso conservar, definir critérios de seleção pertinentes para usos futuros cuja natureza exata é difícil de conceber.

Agora que já se determinou em linhas gerais os caminhos daquilo que tomarei como discurso e enunciado para analisar o *corpus*, introduzo um conceito que diz respeito a um dos procedimentos internos de regulação dos discursos – descritos por Foucault em *A ordem do discurso* – que é o comentário, sobre o qual é interessante discorrer brevemente dada sua importância para as análises. O filósofo nos mostra, nesse texto, que nas sociedades há enunciados que repetem, variam, ditos que acabam sendo conservados porque emanam um *status* de riqueza ou de segredo. Esses conjuntos de discursos demonstram que há um desnível, nas sociedades, entre aqueles discursos que são da ordem do comum (que ocorrem nas trocas diárias e são ditos entre os indivíduos, e que passam tão logo finda o ato em que foram pronunciados) e

[...] os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 2013, p. 21)

Assim, quando falo que a intenção desse trabalho parte da análise de discursos autointitulados feministas e do que dizem sobre a produção da mulher na mídia esportiva, posso pensar que esses discursos se inscrevem como comentário de outros discursos: por um lado, os discursos machistas da ordem heteronormativa; por outro, na forma de uma retomada, os discursos do feminismo, que aparecem deslocados, transformados e respondendo a urgências novas; finalmente, um discurso sobre os esportes e a prevalência de atributos considerados mais masculinos. Esse deslocamento, como diz Foucault (2013, p. 22) “[...] não é estável, nem constante, nem absoluto”. Ou seja, os discursos que serão analisados partem

tanto do discurso feminista quanto do que chamam de machista. No caso do discurso feminista, o efeito é menos a resistência e mais um jogo “[...] à moda de Borges, de um comentário que não será outra coisa senão a reaparição, palavra por palavra (mas desta vez solene e esperada), daquilo que ele comenta”. Foucault (2013) indica que há dois papéis solidários que advém do desnível entre o texto primeiro e o texto segundo:

Por um lado, permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais dito. [...] O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (FOUCAULT, 2013, p. 25)

Portanto, entre os objetos de análise que aqui pretendo discutir haverá, por certo, alguma relação (em maior ou menor medida) com os já-ditos sobre ser mulher, sobre ser esportista, e isso não somente pela ótica de um discurso dito feminista. É importante observar as modalidades de assunção ou/e de silenciamentos dos discursos de gênero e sobre a mulher, tarefa do próximo capítulo.

### 3 GÊNERO E FEMINISMOS

Como já visto, tanto pelas ideias de Foucault sobre a *histerização do corpo da mulher* em *A História da Sexualidade* como pelas Formações Discursivas que buscam determinar o comportamento esperado das mulheres (os discursos que as subjetivam), as questões que levam a mulher a ser inferiorizada trazem, ainda, a ideia de um “sexo frágil”. O corpo da mulher, seu aspecto biológico, seria, assim, “defeituoso”, impedindo-a de exercer determinadas funções ou de demonstrar determinados comportamentos na sociedade. Conforme Linda Nicholson (1999), o corpo era, até o século XVIII, tido como a fonte do binarismo que colocava as mulheres como inferiores aos homens em diversos níveis. Sendo assim, referir-se ao sexo “tinha fortes conotações biológicas”. Segundo a autora, no final dos anos 1960,

As feministas do início dessa segunda fase viram corretamente essa noção como base conceitual do “sexismo” em geral. Por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de “sexo” colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudanças. As feministas do final dos anos 60 se valeram da ideia da constituição social do caráter humano para minar o poder desse conceito. (NICHOLSON, 1999, p. 3)

Foi, portanto, a partir desse ponto que o termo “gênero” passou a ter importância dentro das mais diversas formas de se pensar homens e mulheres dentro da sociedade. Ao dizer, na introdução deste trabalho, que eu nem sempre vi as imposições feitas às mulheres como um problema de gênero, estava me referindo justamente a essa ideia de que o “ser mulher” implica uma constituição social e que, se isso teve em algum momento da História uma força de pensamento focada em uma base biológica, mais recentemente mostra-se como um discurso na sociedade. Nicholson descreve duas formas de uso do termo “gênero” no artigo *Interpretando o gênero*:

“Gênero” é uma palavra estranha no feminismo. Embora para muitas de nós ela tenha um significado claro e bem conhecido, na verdade ela é usada de duas maneiras diferentes, e até certo ponto contraditórias. De um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Esse último uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade

e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. (NICHOLSON, 1999, p.1)

Para ela, embora o segundo sentido seja aquele que predomina nos discursos ditos feministas, não é possível ignorar que o “sexo”, nas teorias feministas, ainda “permanece como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (NICHOLSON, 1999, p. 2). Creio que, para falar de mulheres e esporte, ambos os sentidos dados pela autora para “gênero” devam ser considerados, uma vez que a distinção feita entre atletas mulheres e atletas homens se dá tanto pelas imposições socioculturais da construção da identidade masculina ou feminina quanto pelas diferenciações feitas, como veremos, aos corpos e aos usos dos corpos nas práticas esportivas. Como exemplo mais imediato, pode-se pensar na prática da Ginástica Artística, que possui regras diferenciadas para cada categoria (feminina e masculina) não só tendo sobre elas uma ideia de “sexo” diferenciado como, também, de “gênero”. Embora o nome do esporte seja o mesmo para ambos, há exercícios que elas não fazem como eles, e vice-versa, como as argolas, que exigem extrema força física e são praticadas apenas pelos homens, e o solo que, enquanto para elas é exigido, além das habilidades características do aparelho, passos de dança obrigatórios e coreografias com música, para eles não existe essa exigência nas regras, representando claramente uma divisão masculino/feminino.

Para Joan Scott (1995, p. 85),

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens.

Essa forte conotação, dentro do esporte, do homem como aquele que possui a força física e a mulher como detentora da “graça” e de um modo mais “delicado” de exercer as práticas desportivas também nos remete à ideia de como esse segmento é heteronormativo. Espera-se de cada participante um comportamento condizente com a ideia que possuímos do seu “sexo”. A ideia de gênero de Scott (1995, p. 85) repousa na conexão entre as seguintes proposições: “(1) o gênero é constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Ironicamente, a Olimpíada de 2016 não só foi aquela em que a participação das mulheres atingiu um número recorde se comparada a outras edições (cerca de

45% do total de atletas<sup>3</sup>, segundo informações do Comitê Olímpico Internacional – COI), como foi a edição em que mais atletas e técnicos se assumiram como gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou transexuais – um total de 64 pessoas – ocorrendo, inclusive, um pedido de casamento de uma voluntária do evento, Marjorie Enya, à sua namorada, a jogadora da seleção brasileira de rúgbi Isadora Cerullo, durante a entrega de uma premiação.

Mesmo antes do início dos jogos do Rio já havia movimentações do COI para que as próximas Olimpíadas sejam, paulatinamente, eventos em que os mais diversos tipos de pessoas possam participar sem discriminações, demonstrando uma preocupação em colocar o “espírito olímpico” em prática. O atual presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, foi nomeado, em 2015, pela ONU Mulheres, um defensor *ElesPorElas* (movimento criado pela entidade para envolver homens em causas que ajudem a remover barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir o seu potencial, entre outras ações)<sup>4</sup>. Na Agenda 2020 de reformas para os Jogos, aprovada em 2014, a recomendação 11 prevê a promoção da igualdade de gênero (POR...,2014), tendo como objetivo alcançar 50% de participação de atletas do sexo feminino e estimular a participação de mulheres no esporte através da criação de mais oportunidades para elas disputarem medalhas, além de considerar a inclusão de eventos com equipes mistas em gênero.

Outro ponto que destacou um avanço em pautas inclusivas foi a aprovação, em janeiro de 2016, para que atletas transgêneros pudessem, já no Rio, disputar as competições sem a obrigatoriedade de cirurgia para mudança de sexo (ZUCCHI, 2017). O esforço positivo de colocar o gênero em discurso foi adensado, na cerimônia de abertura, quando a modelo que abriu os caminhos para a passagem da delegação brasileira foi a transexual Lea T., representando cinco transexuais que estavam trabalhando como voluntários no evento<sup>5</sup>.

Esses acontecimentos discursivos, bem como os enunciados que chamavam a atenção para o protagonismo de muitas mulheres em diversos esportes, como a

---

<sup>3</sup> Segundo o COI, dos 11.437 atletas confirmados nos Jogos do Rio de Janeiro até dias antes do início do evento, 45,29% eram mulheres. É o maior percentual já registrado: em 2012, elas representaram 44,25% dos 10.568 competidores da Olimpíada de Londres.

<sup>4</sup> Certamente, o discurso desse “movimento” é amplamente contestável. Porém, tal discussão foge do escopo deste TCC.

<sup>5</sup> É interessante notar que houve uma celeuma jornalística quanto à Lea T., que não teria sido filmada com destaque na transmissão televisiva.

nadadora americana Katie Ledecky<sup>6</sup>, de apenas 19 anos na data dos Jogos, que ganhou quatro medalhas de ouro e uma de prata no Rio, com quebra de três recordes mundiais, e a brasileira que ganhou a primeira medalha de ouro do Brasil nos jogos, a judoca Rafaela Silva (que havia sofrido ataques racistas após desclassificação em Londres-2012), fizeram com que a Olimpíada do Rio de Janeiro se afirmasse como a Olimpíada da Diversidade. Em matéria de 16 de agosto de 2016, o Estadão proclama em sua manchete: *Olimpíada do Rio se consolida como os 'Jogos da diversidade'* (BRASIL, 2016) para, então, colocar em xeque a situação dos atletas homossexuais em seus respectivos países.

Estes momentos importantes das mulheres e atletas LGBT permitiram, em alguns momentos, um deslocamento dos discursos e das relações de poder entre os gêneros e a heteronormatividade durante o período do evento, quando nem mesmo a mais conservadora das mídias pôde deixar de dar visibilidade a esse tipo de acontecimento mais voltado para um discurso de “tolerância”.

É importante, no entanto, ter em mente que o nome “Olimpíada da Diversidade” foi um termo cunhado pelas mídias e, portanto, devemos observar o caráter de enunciado dentro do dispositivo da sexualidade atual. A cada novo momento em que situações como as citadas anteriormente ganhavam notabilidade, esse discurso se fortalecia a tal ponto de as entidades oficiais apropriarem-se dele. Embora já tivesse metas inclusivas, o COI passou a endossar esse discurso da Olimpíada do Rio como um marco da diversidade, e o Governo Federal, apoiado nisso, lançou antes das Paralimpíadas a cartilha “Olimpíadas da Diversidade, Direitos Humanos e Sem Discriminação” para ser distribuída no evento. Na apresentação da cartilha, encontra-se o seguinte texto:

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro entram para a história pela sua alegria, pela diversidade e pela presença e prática dos Direitos Humanos. A presença dos atletas refugiados e suas histórias, os atletas que desafiaram as barreiras da heteronormatividade e declararam-se LGBT, atletas com deficiência competindo de maneira equânime com os atletas olímpicos, reafirmando que a diferença não é um impedimento. Mulheres e homens, negros e brancos, jovens e adultos fizeram da Rio 2016 um marco na história dos jogos e do mundo. (BRASIL, 2016, p. 5)

---

<sup>6</sup> “- Ela nada como um homem. Eu nunca vi uma nadadora como ela. Seus tempos são bons para um cara. Ela está me batendo agora e eu fico tipo: ‘O que está acontecendo?’” – comentou o nadador Ryan Lochte em entrevista à revista *Sports Illustrated*.

Mesmo com alguns avanços, para consolidar esse ideal de respeito às diversidades, para o pesquisador do Ludens-USP, Wagner Xavier de Camargo, o que foi feito ainda é pouco, mas pode abrir espaço para futuras mudanças:

[...] o que veio à tona nos Jogos Olímpicos do Rio 2016 causa surpresa e deixa para a análise de especialistas que problematizam o gênero no esporte uma complexa equação, de um fenômeno ainda incipiente, que seguramente é real e polêmico, que gera representatividade no Olimpo de estéticas sexuais não heteronormativas, mas que talvez seja (ainda) insuficiente para uma mudança efetiva do modelo olímpico, assentado nas lógicas patriarcais, nos posicionamentos sexistas e na inferiorização de sujeitos não hegemônicos.

Contudo, penso que a presença de sujeitos não heteronormativos (assim como a de pessoas com deficiência) participantes na Rio 2016 trouxe um forte potencial disruptivo, que corrobora a crise do modelo olímpico e abre brechas para mudanças profundas nas próximas edições dos jogos. (CAMARGO, 2016)

Também é preciso destacar que a mídia - e seu discurso polivalente -, que cunhou o que houve no Rio como um marco da diversidade, foi a mesma que ainda manteve um padrão sexista na produção de notícias sobre as mulheres (o que foi um dos motivadores deste trabalho) e um desrespeito a atletas LGBT, tendo como destaque o caso do jornalista britânico Nico Rines, que usou aplicativos como *Tinder* e *Grindr* para descobrir atletas *gays* na Vila Olímpica e depois expô-los em um artigo para o *Daily Beast*. A situação gerada pelo conteúdo produzido por ele colocou, inclusive, em risco a vida de alguns atletas em cujos países a homossexualidade é considerada crime. O jornalista foi mandado embora do país, com intervenção do COI, e o artigo foi deletado, porém o estrago para os atletas, fruto de uma tendência jornalística pautada na regulação dos corpos, já estava feito. Além das questões relativas às leis de seus locais de origem, apareceram relatos de muitos atletas, que não assumem sua homossexualidade por medo de perderem patrocinadores, reforçando ainda mais a concepção baseada na heteronormatividade que rege o mundo esportivo.

Partindo deste panorama, gostaria de fazer uma relação fundamental entre os discursos midiáticos (e sua positividade), as estratégias de poder-saber e a produção de gêneros e sexualidades. Sigo com Teresa de Lauretis, para quem

La construcción de género prosigue hoy a través de varias tecnologías de género (por ejemplo, el cine) y de discursos institucionales (por ejemplo, teorías) con poder para controlar el campo de significación social y entonces producir, promover e “implantar” representaciones de género. Pero los términos de una construcción diferente de género también subsisten en los márgenes de los discursos hegemónicos. Ubicados desde afuera del contrato social heterosexual e inscriptos en las prácticas micropolíticas, estos términos pueden tener también una parte en la construcción del

género, y sus efectos están más bien en el nivel “local” de las resistencias, en la subjetividad y en la auto-representación. (LAURETIS, 1989)

Trazendo esse conceito de construção de gênero da autora, alinhado com o conceito de dispositivo da sexualidade de Foucault, podemos talvez pensar na mídia esportiva como uma tecnologia de gênero (e, portanto, de produção estratégica de discursos e práticas) que produz normalização e cria tipos determinados de mulheres: quase sempre de sujeitos em segundo plano nessa área ou passíveis de objetificação, que os discursos do *corpus* que veremos nas análises pretendem deslocar da marginalidade para a centralidade discursiva. A estes discursos, se oporiam outros que, na forma da resistência, responderiam segundo a égide dos feminismos. Seu intuito seria a produção de outras modalidades de dizer sobre as mulheres e sobre as sexualidades “da diversidade”.

Tais discursos, autointitulados feministas, que veremos nas colunas publicadas pelo portal UOL, tornam necessário trazer aqui algumas distinções a respeito do que são os feminismos teóricos e acadêmicos. O fato de existirem, hoje, diversos meios de se conseguir acesso aos debates sobre as mulheres e os gêneros, em especial a forma como muitas páginas em redes sociais e outros meios cibernéticos, como *blogs* e *sites*, mostram como essas mídias apropriaram-se e difundem os conceitos dessas vertentes também merece alguma interrogação. Afinal, o que faz o feminismo das redes ser um discurso raro e que ganha cada vez mais relevância social? Interessa, especialmente, tratar desse aparecimento desde a segunda fase do movimento feminista (anos 1980) e sua repercussão no Brasil até os dias atuais.

Margareth Rago (1998, p. 2) no artigo *Epistemologia feminista, gênero e História*, afirma que

Ao menos no Brasil, é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento. Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão interessa pouco ao “feminismo dos trópicos”, onde a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas.

Segundo a autora, os movimentos provocados pelas discussões que visam pautar um conhecimento acadêmico com viés feminista, tendo a mulher não só como sujeito, mas também como objeto e suas formas de produção de verdades,

constituem um campo de saber para o qual é imprescindível estarmos abertas(os) e atentas(os).

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscurso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico. (RAGO, 1998, p. 3)

Mas o que é, afinal, o feminismo e quais ideias ele procura propagar? Popularmente, a ideia de feminismo que mais ouvimos é aquela que apregoa a equidade de direitos entre mulheres e homens em todas as esferas da sociedade. Essa ideia, inicialmente clamada pelo movimento sufragista e pela luta de trabalhadoras por melhores condições para exercerem as suas atividades no século XIX, hoje ampliou-se para a busca de uma igualdade que perpassasse também as áreas familiares, políticas, acadêmicas, etc. O feminismo pode ser tomado, então, como uma prática política que “[...] já nasce como uma arena, lugar para onde confluem diversos discursos vindos de muitos lugares, cena aberta de disputa e negociação de poder [...]” (SCHMIDT, 2004, p.17).

Tratar os temas da atualidade por meio de uma visão feminista é, portanto, construir uma crítica não só cultural, mas também teórica e epistemológica ampliada.

Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença. É neste ponto que o feminismo se encontra especialmente com o pensamento pós-moderno, com a crítica do sujeito, com as formulações de Derrida e Foucault, entre outras. (RAGO, 1998, p. 4)

E por que falar em feminismos, no plural? Joan Scott nos fala de uma necessidade de abandono do fundacionalismo e determinismo biológico, ideias que colocam no “sexo” a principal diferença dada às mulheres em relação aos homens, defendidas pelas precursoras, as feministas mais radicais. Simone Pereira Schmidt (2004, p. 18) aponta que a instituição do “gênero” ao mesmo tempo em que reivindica um espaço importante na tentativa de explicar a persistência nas desigualdades entre elas e eles,

[...] é também um movimento de saída, de expansão das fronteiras da crítica feminista, cujos paradigmas já não davam conta das demandas

colocadas pelos embates vividos tanto nos enfrentamentos teóricos quanto nas disputas políticas travadas pelas feministas.

O feminismo, portanto, passa a ser palco também de outras pautas, como a inclusão dos recortes de classe social e de raça, ou seja, embora possuidoras do mesmo “sexo”, as experiências vividas por mulheres de raças e de classes sociais diferentes são bastante distintas e devem ser consideradas, marcando, portanto, vertentes diferenciadas no feminismo, com urgências específicas de cada condição.

No Brasil, as demandas do feminismo foram motivadoras da criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), atualmente vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania após a extinção, em 2016, pelo governo de Michel Temer, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos implantado em 2015 pela presidenta Dilma Rousseff a partir da fusão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Entre as atividades da SEPM, destacam-se os Planos Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres (PNPPM) idealizados desde 2005. Das conquistas dos movimentos feministas no país, podemos citar a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que tipifica a violência doméstica como uma forma de violação dos direitos humanos, alterando o Código Penal para que o agressor possa ser preso em flagrante ou tenha a prisão preventiva decretada, entre outras medidas protetivas às mulheres e, mais recentemente, a aprovação da Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015) que altera o código penal para prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e incluí-lo no rol dos crimes hediondos. Essas preocupações com a proteção e os direitos das mulheres demonstradas nos últimos governos foram possíveis por meio de mobilizações feministas em todo o país.

Neste trabalho, diante do caráter plural dos feminismos e de suas estratégias distintas – militante, acadêmico, racializado, trans, radical –, opero a partir da assunção da variedade. No entanto, interessa-me mostrar como alguns enunciados do feminismo teórico podem aparecer, devidamente deslocados, dos discursos do feminismo das redes que se materializam nos textos de AzMina.

### 3.1 DISCURSO JORNALÍSTICO E GÊNERO

Analisar os discursos que se materializam no jornalismo demanda pensar que ele responde a urgências históricas específicas e que produz formas de subjetividade. A partir dessa reflexão, inicio este capítulo com Ana Veloso (2014, p. 408) dizendo que

Um dos problemas centrais da relação mulher e mídia emerge da necessidade de evidenciar as dimensões da discriminação e da opressão que permeia o diálogo delas com os meios de comunicação.

Segundo Veloso, essas dimensões parecem não só advirem de um modo de fazer e difundir notícias, como refletem os modos de ser e agir em um setor no qual os sujeitos ainda são em sua maioria pessoas do gênero masculino e da classe social que detém o poder sobre os meios de comunicação – em geral, retomando discursos e estratégias de uma suposta elite alinhada aos enunciados patriarcais. Entender o funcionamento do papel social desses grupos midiáticos para a construção de bens simbólicos para essas corporações passa, necessariamente, pelo entendimento dessas articulações e permanências.

Muito mais do que construir sustentáculos para o exercício do poder pelas elites, os conglomerados de mídias podem influenciar a produção mental, uma vez que são também responsáveis pela massificação de ideias de uma época. Esses sistemas operam como se a informação fosse uma obra fútil, perecível, feita para ser esgotada rapidamente, sem que, nesse consumo, tenhamos conseguido deter algo além do efeito do seu sentido extraviado. (VELOSO, 2014, p.408)

A autora aponta, também, que no caso do funcionamento desses grupos no Brasil é essencial pensar de que maneira se pode buscar dar voz às mulheres nos conteúdos produzidos quando tais grupos, restritos, são controlados por parlamentares, empresas e religiosos, quase sem nenhuma legislação ou com desrespeito a ela. Dentre as situações controversas que ocorrem no setor, elas muito assemelham-se ao que se vê na publicidade, mesmo que essa área específica tenha, no país, um órgão regulador:

[...] os abusos são recorrentes, sem que o Estado ou a sociedade tenham condições efetivas de impedir que as mulheres sejam frequentemente apresentadas como mercadorias e vejam seus direitos humanos atacados pela veiculação de propagandas que reafirmam o machismo, o sexismo e a violência simbólica contra o público feminino. E, quando os grupos feministas organizados tentam alertar sobre os prejuízos que alguns comerciais podem causar, geralmente têm suas reivindicações rotuladas como censura à liberdade de criação publicitária. (VELOSO, 2014, p. 409)

As dificuldades apontadas por Ana Veloso em seu trabalho *Mulher e mídia no Brasil: uma pauta desigual?* estão atreladas de forma bastante fundamental em diversos resultados de pesquisas no ambiente jornalístico de vários lugares do mundo que demonstram que as mulheres ainda são minoria em grande parte desses locais. Mais grave ainda, são poucas as que conseguem alcançar cargos de direção e gestão dentro dessas empresas, sendo subordinadas a chefias masculinas que determinam não só quais as pautas que serão cobertas por elas, como também o tipo de abordagem que o veículo espera delas. Conforme pesquisa de Márcia Veiga da Silva (2012, p. 491-492) demonstrou, enquanto ela acompanhava o processo de produção de um telejornal, os atributos de gênero dos jornalistas influem diretamente nas disputas dentro da redação e ligam-se às notícias “[...] revelando que o próprio jornalismo é constituído de hierarquias de gênero, indicando uma ligação entre a cultura profissional e o plano de valores mais geral da sociedade”.

O modo diferente de tratar mulheres não só como profissionais dentro do jornalismo – figuras, em geral, menos prestigiadas que os jornalistas homens, salvo raras exceções (basta vermos o número de repórteres, âncoras, colunistas, tanto nas mídias impressas quanto televisivas e on-line para verificarmos o número expressivamente maior de homens do que de mulheres nessas posições) – mas também como elas são “noticiadas”, evidencia que os estudos de gênero tornam-se capazes de explicar de que maneira esse tipo de estratégia revela, em seu fundo, uma relação de desigualdades.

Um olhar de gênero sobre o jornalismo envolve não apenas as mulheres, mas também os homens, e não restringe seu foco às diferenças entre os sexos biológicos ou aos papéis desempenhados por ambos os gêneros, abrangendo também as relações de poder generificadas que se estabelecem. (SILVA, 2012, p. 493)

Diante da dificuldade ou, muitas vezes, da impossibilidade de se tratar sobre temas relativos às mulheres longe dos estereótipos ligados ao conceito de gênero, da visão restrita sobre o que é ser mulher na sociedade, mesmo em nossos dias, e na emergência de muitas situações que colocam a mulher como vítima de diversos tipos de violências, parece natural que boa parte tenha encontrado na facilidade de acesso à internet um caminho para ser ouvida e para ouvir as suas semelhantes. A chamada “Era Digital” trouxe consigo um pensamento de convergência dos meios, no qual a ideia não é substituir os meios de comunicação mais antigos, mas redefini-los a partir das múltiplas possibilidades que as novas tecnologias nos permitem

acessar. Essa reorganização permitiu não só um novo tipo de comunicação como também de organização social, de visibilidade a novos movimentos. Para Laís Modelli Rodrigues (2016, p. 81), “A esse novo tipo de comunicação e organização social dentro do movimento feminista, surgido com o advento das redes sociais virtuais, chamaremos de *Feminismo na Era das redes sociais virtuais*”. Segundo essa autora,

[...] no que diz respeito à relação entre internet e o gênero, assim como a internet reproduz no ambiente on-line padrões de violência de gênero praticadas no ambiente público e doméstico (PLOU, 2013), ela também pode auxiliar mulheres a se empoderarem e se tornarem sujeitos de sua história [...] (RODRIGUES, 2016, p. 82)

A inserção dos temas relacionados aos direitos das mulheres e aos feminismos, possibilitada pela internet a partir de intervenções de mulheres nos espaços públicos e simbólicos como não se via até então, parece mostrar que podemos estar diante de uma nova fase do feminismo. Não raro, assuntos tratados em *blogs* e *sites*, como a Revista AzMina, objeto da minha análise, conseguem extravasar os limites de seus ambientes virtuais e acabam invadindo outros âmbitos dos meios de comunicação tradicional com as pautas que levantam. É importante saber que essas ocorrências não se limitam ao tamanho do movimento no Brasil, mas acompanham uma tendência mundial que ganhou bastante visibilidade, por exemplo, com a Primavera Árabe, quando mulheres usaram o poder de alcance da internet e das redes sociais para denunciar abusos sexuais e outros tipos de violência, chamando a atenção das mídias tradicionais do mundo inteiro. No Brasil, casos de violência contra as mulheres são recorrentes em páginas como essas e também, em algumas situações, eles acabam repercutidos em jornais e telejornais, programas de auditório e outros meios, como algumas campanhas divulgadas com *hashtags* como #MeuPrimeiroAssédio e #EuNãoMereçoSerEstrupada, que, por muitos dias, permitiram que mulheres contassem suas experiências sobre violências direcionadas a elas simplesmente pelo fato de serem mulheres.

De todo modo, mesmo quando as mulheres usam os meios disponíveis para expressarem as violências sofridas e fazer novas reivindicações não ficam isentas de receberem em suas “redes” contrapartidas não amistosas de indivíduos ou grupos contrários às suas ideias. Isso demonstra o que Foucault (1999, p. 95) chama de *regra da polivalência tática dos discursos* pois revela um jogo complexo e instável em que os discursos ao mesmo tempo em que podem ser vistos como

forma de obtenção de poder, articulam-se, por outro lado, como pontos de resistência. Na *web* essa “disputa” ganha ainda mais um elemento que torna essa regra mais dinâmica, que é a possibilidade de compartilhamento de *links* com espaço para inserir seu próprio olhar sobre o discurso e os espaços para comentários dos usuários nas postagens, local onde os papéis e as estratégias alternam-se a partir das possibilidades dadas pelos múltiplos elementos discursivos envolvidos.

Torna-se relevante perceber que o aparecimento dessas pautas, embora cada vez mais comentadas graças a esse ambiente, nem sempre significa que estejam sendo bem recebidas no corpo social nem que seu papel político seja unívoco (nem, ainda, que seja clara ou direta a própria relação travada com o discurso feminista acadêmico ou militante “clássico”). Rodrigues (2016, p. 82) alerta para o fato de que

[...] maior espaço de representação e capacidade de pautar temas feministas não significa alcançar a aprovação e aceitação desses temas diante de editores e, se publicada, para um grande público. Também é preciso refletir o modo como essas pautas de cunho feminista têm sido abordadas pela mídia – ainda de maneira limitada e com preconceitos, difundindo a ideia de que as mulheres já conquistaram tudo o que tinham que conquistar.

Tomo aqui o objeto deste TCC: a estratégia do *site* UOL é colocar junto às colunas de AzMina um alerta de que o conteúdo publicado não reflete, necessariamente, a sua posição sobre o assunto. Isso acaba indo ao encontro da afirmação anterior, ou seja, embora ceda o espaço (muito provavelmente pague pelo texto), o faz mais como uma forma de manter-se dentro de uma tática institucional difusa que, hoje, prima pela abertura aos temas ligados à diversidade mais para a manutenção de uma imagem isenta ou neutra do que para engajar-se efetivamente na mesma luta.

É importante termos em mente que, mesmo com as possibilidades abertas para o aparecimento de vozes dissonantes do padrão masculino e heteronormativo, a internet ainda não é um ambiente totalmente seguro para levantar questões mais “controversas” (como ainda são as relacionadas ao gênero):

Diante da sociedade da informação, a internet se torna uma ferramenta a mais para a luta das mulheres. Mas, por causa do caráter ambíguo da internet, assim como nos espaços reais, na rede on-line também é preciso conquistar seu espaço, uma vez que a internet apresenta sua parcela de exclusão de gênero, seja pela falta de mulheres em ambientes de desenvolvedores(as) de tecnologias digitais, seja pelas brechas de definição de gênero e feminismo encontradas em páginas de conteúdo informacional como Wikipedia e demais sites informacionais, seja pela violência das redes sociais na internet contra mulheres, como o vazamento de vídeos íntimos

de mulheres e as tentativas de intimidação e silenciamento nas conversações on-line. (RODRIGUES, 2016, p. 84)

Contudo, mesmo com os riscos e os problemas inerentes à exposição de concepções dissonantes do padrão em uma rede “livre”, parece que a trajetória bem-sucedida de algumas ações de grupos de mulheres em torno de causas feministas (discussões sobre aborto, violência sexual, denúncia de relacionamentos abusivos, discussões sobre gênero, raça e classe) sustenta a permanência e o crescimento do ativismo no ambiente virtual. A possibilidade de criar sua própria página ou mesmo administrar de maneira independente seu próprio canal no *Youtube* tem feito muitas mulheres comuns e jornalistas (como Renata Simões, que criou o *Modos de Mina*, um canal que discute as mudanças no comportamento feminino através dos tempos) migrarem para esses locais ou manterem em paralelo às suas atividades veículos em que possam tratar seus temas de interesse de maneira menos controlada, pois ao contrário da internet “[...] as mulheres da mídia tradicional passam por limitações impostas pela política editorial, pelo Manual de Redação e pelos editores homens” (RODRIGUES, 2016, p. 87).

Manter esses espaços de discursos de empoderamento e resistência sem amparo financeiro, muitas vezes, não é uma tarefa fácil. Muitos *blogs* e *sites* contam com financiamentos coletivos, doações e muito trabalho voluntário para continuarem “no ar”. Não raro, esses espaços precisam de suporte em outros níveis, como auxílio jurídico quando são vítimas de difamações e ataques misóginos, frequentemente reportados nas redes sociais. O ambiente virtual pode, portanto, ser tanto um lugar que permite a livre exposição de ideias quanto um novo espaço em que se faz e no qual se sofre opressão, justamente porque o funcionamento do poder é uma agonística, uma luta entre codificação e resistências. Podemos pensar aqui, novamente, na regra da polivalência tática dos discursos, de Foucault (1999), que nos diz que devemos considerar os discursos como segmentos descontínuos que não possuem uma função uniforme ou estável, permitindo que a multiplicidade de elementos discursivos desempenhe diferentes papéis em diferentes estratégias.

Mesmo assim, creio que as múltiplas vozes que esse tipo de espaço possibilita e mobiliza podem ser capazes de transformar microfisicamente o ambiente virtual hostil e torna-lo ao menos um palco para a discussão de temas que, até pouco tempo como se viu, eram negligenciados pelas mídias tradicionais e pela população em geral.

#### 4 ANÁLISE DO CORPUS: CONHECENDO AzMINA

Antes de começar a analisar os discursos materializados na coluna da revista AzMina publicada pelo UOL, recorro à descrição que elas fazem de si: “*instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual*”. Essa é a autodescrição da Organização não governamental que originou, posteriormente, a revista. A ONG afirma prestar consultorias, palestras e debates que visam ao aprofundamento e discussão sobre os direitos das mulheres, usando para isso, também, algumas campanhas de conscientização nas redes sociais.

A Revista AzMina é uma publicação on-line que se descreve como “*gratuita para mulheres de A a Z*”. Na aba “*Quem Somos*” ainda encontramos o seguinte sobre o material produzido e sobre quem os produz: “*Nela, há jornalismo investigativo acessível, de qualidade e sem rabo preso com anunciantes. Somos uma equipe diversa apaixonada por este projeto e dedicada a usar o jornalismo e a educação para ajudar a melhorar o mundo, principalmente para nós, mulheres!*”. O acesso se dá pelo endereço <http://azmina.com.br>. Na página, o visitante pode também optar por seguir o veículo nas redes sociais. No Facebook a revista possui quase 123.000 seguidores, no Twitter pouco mais de 5.300. A equipe, divulgada no site, conta apenas com um homem, um designer. As demais diretoras, colunistas, fotojornalistas, repórteres, entre outras funções, são todas mulheres (AZMINA, 2017).

Para manter-se funcionando, no site há um *link* em que a(os) leitoras(es) são convidadas(os) a contribuir assinando a revista por meio do sistema de *financiamento coletivo* no site Benfeitoria.com, e as contribuições podem ser feitas a partir de dez reais. A meta mensal de arrecadação, nesta modalidade, é de R\$ 10.000,00 atualmente. Além de manter a ONG e a Revista, recentemente foi lançado o AzMina Educacional, setor em que são oferecidas palestras, cursos presenciais e *on-line*, oficinas e *workshops*.

O próprio nome da ONG, aliás, advoga a respeito de um deslocamento: a troca do “s” pelo “z” exige um rompimento com a norma – ortográfica, de gênero –, enquanto a expressão “mina”, retomada da cultura urbana (racializada e economicamente vulnerável) opera positivando o status negativo das enunciadoras

femininas. O discurso, portanto, exige que se observem os textos de AzMina pelo viés contestatório e por uma posição política marcada pela luta – pelos direitos das mulheres, pela visibilidade de certas mulheres, pela contestação da heteronormatividade compulsória, pela suspeição diante da dominação dos discursos machistas e hierarquizantes e por outras pautas.

Em função da Olimpíada de 2016, dentro do espaço especial do UOL para a cobertura do evento, a revista possuiu uma coluna<sup>7</sup> na qual foram publicados textos que abordaram os fatos acontecidos em razão dos Jogos por um olhar feminino/feminista. Foram identificadas 24 colunas publicadas nesse espaço específico do UOL, entre 31 de maio de 2016 e 22 de agosto de 2016<sup>8</sup>, grande parte delas focadas em demonstrar a persistência de discursos machistas relacionados às mulheres e ao esporte. É sobre estes textos que a análise será realizada.

#### **4.1 O LEGADO DAS OLIMPÍADAS PARA O RIO (E PARA AS MULHERES)**

Início a seção com a polêmica instaurada por AzMina em relação às obras olímpicas. Muito antes de os Jogos Olímpicos chegarem ao Brasil, os discursos governamentais massificavam a ideia de que o megaevento seria importante pelo legado que deixaria em obras de melhorias para a cidade e para o país. No entanto, o começo da Olimpíada foi marcado por diversos problemas de infraestrutura, inclusive na Vila Olímpica, que não estava pronta quando os atletas do mundo todo já estavam chegando no país.

Em um de seus artigos, intitulado *Descuido com assédio faz com que transporte público não seja um legado*, AzMina comenta sobre a ineficiência do transporte público em evitar casos de assédio com a implantação do sistema BRT e corredores exclusivos para ônibus. Diante da memória dos discursos que insistia numa posituação das obras de infraestrutura, uma inversão marca a posição feminista: a superlotação dos veículos é um facilitador para que homens tirem proveito das passageiras. A coluna mostra que para a empresa de transporte o fator abuso sexual sequer foi mencionado na pesquisa de satisfação. “Seria preciso que o mesmo ímpeto e dinheiro que têm sido usados nas campanhas olímpicas fossem

---

<sup>7</sup> O acesso a esta coluna pode ser feito pelo atalho < <https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/>> .

<sup>8</sup> Embora as Olimpíadas tenham acontecido de 05 a 21 de agosto, a coluna já estava ativa desde maio daquele ano, porém a periodicidade de textos era bem mais escassa. O fluxo passa a ser quase diário, efetivamente, de 02.08 (dias antes do início do evento) a 22.08.2016 (data da última coluna publicada).

investidos para educar os passageiros contra a cultura do estupro e do assédio”, afirma Ana Paula Lisboa, colaboradora da AzMina. A dificuldade de as mulheres ocuparem os espaços públicos e mesmo exercerem livremente o direito de ir e vir sem sofrerem assédios e violências refletem o problema da objetificação da mulher e o descaso com o tema, visto que situações como as relatadas à matéria só chegam a virar notícia se a mulher morrer (ou se ela for uma pessoa famosa).

Conforme aponta o trabalho de Silva (2012), as notícias envolvendo mulheres só aparecem na mídia quando são da ordem do escândalo, caso contrário deve ser um tema escondido. É justamente neste intervalo entre o silenciamento e o escândalo, exemplificado pelos problemas de infraestrutura observados segundo o olhar das mulheres, que parte AzMina. Trata-se de produzir enunciados que materializem uma posição de tensionamento e desnaturalização em relação ao discurso machista no qual os Jogos, a despeito da diversidade, estão imersos.

A partir deste tensionamento constante, retomo aqui as duas formações discursivas que tomei como hipótese de trabalho: uma familiar-conjugal, outra estetizante. São elas que guiarão (não unicamente, como se verá) as análises e que amparam as estratégias de comentário (cf. FOUCAULT, 2013) dos discursos de AzMina.

Por estas FDs observo o que se chamou de “problema de representação” das mulheres desde a cerimônia de abertura do evento, levantado no artigo *O que o assalto de Gisele Bundchen nas olimpíadas revela sobre o Brasil*. A colunista questiona:

Também chama a atenção a escolha da supermodelo para representar as mulheres do Brasil. Nada contra a gaúcha, mas o que dizer de um país mestiço – que afirma por aí morrer de orgulho de sua miscigenação –, que elege como seu destaque uma mulher branca, magérrima, loira e de olhos claros? O que isso diz sobre os nossos padrões de beleza e como os impomos para milhões de mulheres que são, em sua maioria, morenas, mais encorpadas, baixas e, em 53,6% dos casos, se enxergam como pretas ou pardas? Que mensagem estamos enviando sobre o que achamos bonito e o que não merece espaço no horário nobre? (BAHIA, 2016)

A escolha parece amparar-se no fato de Gisele ser uma das mais (senão a mais) importante *top model* que o país já “exportou”, porém, analisando pela visão da coluna, de fato parece que estamos diante de um reforço da *Formação Discursiva Estetizante*, cujo padrão de beleza é próximo dos traços europeus, os quais a representante “de todas as mulheres brasileiras” inegavelmente possui, mas deixa de fora uma maioria de brasileiras que não se veem, portanto, representadas.

O problema da “mulher bonita” é um enunciado-chave que AzMina coloca em xeque. Em outro artigo, *Exigência de beleza e uniformes curtos atrapalham as mulheres*, nos é trazida a seguinte informação que mostra que as atletas, além de precisarem demonstrar competência na prática de sua modalidade, são cobradas por outros atributos também:

O pesquisador Jorge Knijnik, da Western Sydney University, estudou o preconceito de gênero e o estresse sofrido por futebolistas brasileiras no doutorado. Sua conclusão? A visão estereotipada prejudica o desempenho das atletas. "Elas não podem ser muito fortes, têm que ser heterossexualmente atraentes, com cabelos compridos, usando batom e saia fora das quadras. Isso é um peso para elas, que precisam fazer um esforço extra para lidar com as cobranças de feminilidade 'perfeita'", diz. (VICENTIN, 2016)

O mesmo artigo comenta que em 2012, ano em que pela primeira vez nas Olimpíadas todas as modalidades olímpicas seriam disputadas por ambos os sexos (sexo é o conceito utilizado) – com a inclusão do boxe feminino – a Federação Internacional desse esporte sugeriu que as atletas usassem saias no ringue e ainda “*fez questão de ressaltar que, no mundo esportivo, o corpo das mulheres ainda é visto como atração*”.

Em outra parte do texto, é mencionado que

A cobrança para que atletas usem uniformes curtos e justos não é exclusividade do boxe, e estudiosos afirmam que as roupas têm atrapalhado a performance feminina nos Jogos. Em 2012, a Confederação de Basquete da Europa (Fiba Europa) exigiu que as jogadoras usassem um uniforme no estilo macacão, colado ao corpo. Este ano, as brasileiras que disputarão medalhas no atletismo e no vôlei, de quadra e de praia, também estarão vestidas com "menos pano" que os colegas do sexo masculino. (VICENTIN, 2016)

A exigência de uma perfeição estética das mulheres pode ser um dos fatores que contribuem para uma menor valorização e mesmo um menor interesse em divulgar os feitos esportivos delas. E, muito provavelmente, é um fator que interfere no desempenho das atletas em suas atividades, pois, ao contrário dos seus colegas do gênero masculino, sempre estão sobre elas as lupas em busca de imperfeições estéticas. Ainda neste artigo, AzMina usa argumentos de autoridade, colocando em xeque a posição de uma certa mídia hegemônica a partir de argumentos acadêmicos:

Helena Altmann, professora da Unicamp, comenta o dado: "Por conta dessa pressão estética, muitas atletas acabam tendo que se preocupar com coisas que não dizem respeito ao esporte. Isso, certamente, tem efeitos na obtenção de patrocínio".

Essa obsessão pelo corpo das atletas pode ser medida na exploração que a mídia faz da imagem das mulheres. Em muitos casos, elas são retratadas de forma desrespeitosa, com closes de partes do corpo. Recentemente, o jornal Folha de S. Paulo noticiou uma vitória da tenista Maria Sharapova dando destaque à celulite da jovem russa. (VICENTIN, 2016)

Em outro texto, *Atletas gordos da Rio-2016 nos fazem quebrar preconceitos de saúde e beleza*, a coluna repercute sobre alguns atletas, homens e mulheres, que desafiaram os padrões esperados em um evento Olímpico e também a ideia de que ser gordo e ser esportista não combinam. Embora exaltados aqui de forma similar, em outros veículos foi mostrada uma clara diferenciação entre o que é ser um atleta gordo quando se é homem e quando se é mulher, não só para a mídia quanto para os torcedores. Enquanto para elas o peso acima do esperado era visto como desleixo, para eles disputar alguma prova nessas condições era visto como uma superação. Essa distinção ficou evidente pela diferenciação no tratamento dado à ginasta mexicana Alexa Moreno, que foi xingada nas redes, e o nadador etíope que os portais chamaram carinhosamente de “nadador gordinho” que “roubou a cena” e “ganhou a torcida” mesmo chegando em último, sendo muito aplaudido pelo público presente.

O mesmo artigo afirma ainda que

[...] durante a campanha #QueroTreinarEmPaz que a Revista AzMina faz em parceria com UOL e Think Olga, recebemos dezenas de depoimentos de mulheres gordas que são estigmatizadas e hostilizadas ao chegar ao local do treino. São olhares maldosos, risinhos baixos, mas também piadas em voz alta na torcida. (QUEIROZ, 2016)

A *FD Estetizante*, portanto, enquanto mostra-se extremamente cruel para as mulheres que almejam ganhar a vida através do esporte, uma vez que o sucesso delas não depende apenas de um bom desempenho em sua modalidade, mas também de agradar aos olhos do público e dos patrocinadores, é uma das condições de produção dos discursos de AzMina, cujo funcionamento se dá pela apropriação de enunciados do feminismo e de enunciados de resistência e “empoderamento”. Ao comentar segundo uma estratégia feminista que AzMina ganha uma identidade discursiva e passa a autorar de acordo com uma posição de resistência midiática.

Note-se que, quando afirmo que a FD é uma das condições de produção, pretendo apontar para o caráter relacional dos discursos. Assim, polivalentes, os enunciados da *FD Esterizante* apareceram fortemente durante a Olimpíada e em outros momentos que as precederam. Tomo aqui um caso clássico, que envolve não só a *FD Estetizante* como a *FD Familiar-Conjugal*, o da atleta do salto ornamental

Ingrid Oliveira. Em 2015, ela já tinha ganhado notoriedade após a publicação de uma foto em seu Instagram em que aparece sentada no trampolim, com o maiô de competição, apontando para um painel no qual estava o logotipo dos Jogos Pan-americanos de Toronto, competição na qual ela era esperança de medalha para o país. Porém, não foi seu desempenho que gerou uma sequência de comentários no aplicativo, mas sim o seu corpo, segundo ela mesma declarou ao portal UOL (que, na época, também possuía um espaço específico para notícias sobre o Pan):

"O problema foi a chuva de comentário sem noção", espantou-se Ingrid. Ela conta que não esperava tamanha repercussão pela imagem. Principalmente porque não é a primeira vez que exibe seus atributos físicos em seu perfil. Sua página é repleta de imagens de treinamentos, alongamentos ou saltos em competição sempre com traje de banho. Muitos dos quais menores que os da foto de Toronto.

A diferença é que esta é a primeira vez que Ingrid compõe uma seleção brasileira de saltos durante os Jogos Pan-Americanos. Tudo o que fizer durante o período de competição será amplificado em qualquer plataforma: seja na de 10m ou on-line. "Já tomei a decisão de não postar mais fotos da minha bunda no Instagram por um bom tempo", avisou Ingrid.

"Fiquei horrorizada. Do nada, começou a aparecer um monte de homens que nunca vi na vida comentando absurdos na minha foto. Fui apagando um por um, não quero isso de jeito nenhum", prosseguiu. (BRITO, 2015)

Uma busca rápida pelo nome da atleta no Google já é significativa no sentido de mostrar que, em se tratando dela, o esporte que pratica quase não possui relevância. As principais notícias que aparecem são relacionadas à sua beleza, seu status de musa, de mulher sensual – mobilizando a *FD Estetizante* – ou tratam de informar com quem ela está namorando – mobilizando, justamente, os enunciados da *FD Familiar-Conjugal* e produzindo a atleta segundo um discurso de sexualização a ser observado. Com relação ao que supostamente ocorreu na Olimpíada relaciona-se, além do nome dela, a palavra “polêmica”. Um jornal português chamado “A bola” exagerou o fato já em sua manchete: *Ingrid de Oliveira foi expulsada da Vila Olímpica por Maratona de Sexo* (EXTRA, 2016).

Não cabe aqui discutir a polêmica em torno da verdade do “fato” nem a vontade de verdade que envolvia a produção da atleta relacionada à sua sexualidade. Interessa-me apontar que os discursos que se produziram estigmatizaram Ingrid como vaidosa em demasia, sexualizada em demasia e, por fim, perigosa – positivamente, a partir de um excesso de sua feminilidade.

AzMina usa o procedimento do comentário e retoma o caso em *Ingrid de Oliveira, atleta dos saltos ornamentais, faz sexo – e sua mãe também:*

O mundo a acusou de botar os instintos antes do esporte. Ela, que já tinha virado notícia meses atrás quando os internautas consideraram que sua

bunda era ornamental. Mais uma vez, a modalidade à qual ela se dedica virou coadjuvante.

O que estamos dizendo sobre nós quando transformamos a transa de uma mulher em notícia? Acaso acreditamos termos sido trazidos na trouxa de uma cegonha? Encontrados dentro de um repolho? Ou será que a gente acha que, como um Jesus, nascemos filhos de mãe virgem? Vou estragar a festa dessa gente: para cada pessoa que está viva hoje, outras duas fizeram sexo. Metade era mulher, e se você está vivo para ler esse texto, sinto informar, mas isso inclui a sua mãe.

E o que dizer da imprensa, que compra o machismo nosso de cada dia e converte o sexo consensual entre dois adultos em notícia? Passar pito não parece resolver, porque as críticas ao machismo na cobertura das Olimpíadas têm sido incessantes, mas nem por isso diminuíram as gafes ofensivas de uma mídia esportiva amplamente dominada por homens, sempre eles.

Mas aqui o caso é mais grave. Além de machista, o debate sobre quem está ou deixa de estar na cama da brasileira invade sua privacidade. (BAHIA, 2016)

Ao comparar a atleta com a mãe do leitor e traçar a relação de que o sexo é algo natural e comum a todas as mulheres (inclusive às mães de cada um), a coluna consegue mobilizar e deslocar a *FD Familiar-Conjugal*, na qual a mulher e o seu sexo possuem papéis específicos em que o prazer e o direito ao próprio corpo não entram. O controle e a exposição da sexualidade da atleta a tornaram alvo de crítica por sua conduta e a responsabilizaram pelo rendimento abaixo do esperado na disputa do salto, quase a enquadrando como uma “devassa” que “não consegue controlar seus instintos”.

Cabe ainda dizer que o uso recorrente dos enunciados “dos instintos” – retomando, ainda no século XXI, a histerização do corpo feminino apontada por Foucault – é uma tática comum usada pelos discursos da imprensa<sup>9</sup>. Porém, às mulheres parece ser negado o direito à prática sexual, ainda hoje, se ela não for casada, pois logo ela é rotulada como uma mulher “puta”. Monique Prada, ativista feminista e prostituta, definiu o termo em *Prostituição e feminismo podem se aliar nestas olimpíadas*, publicado na coluna:

O que é uma puta?

Putá é toda aquela mulher que, de algum modo, foge ao controle do patriarcado. Não importa se cobra por sexo, se governa um país, se usa saias curtas, se dirige uma empresa ou apenas existe. O estigma de puta não tem a ver com o fato de algumas mulheres cobrarem por sexo. É, em verdade, fator essencial para manter a estabilidade do sistema. NADA pode ser mais ameaçador e ofensivo a uma mulher que ter a sua imagem associada a de uma puta. (PRADA, 2016)

---

<sup>9</sup> E, diariamente, dos homens para justificar diversas violências praticadas contra as mulheres, como em casos em que as vítimas de abuso sexual são culpabilizadas por estarem vestidas desta ou daquela forma, “provocando-os”.

Neste artigo, a autora critica o discurso do feminismo radical que, segundo ela, demonstra uma intolerância próxima à da Bancada Evangélica ao não aceitar a existência de profissionais do sexo que se colocam enquanto sujeitos como feministas, apontando para uma suposta incoerência entre as duas condições. Ao dizer que uma mulher recebe o estigma de puta “apenas por existir” enuncia uma generalização que é evocada quando uma mulher “sai da linha” do que apregoam os discursos machistas. Ela afirma, ainda, que o tipo de cerceamento idealizado para a prática de sua profissão seria um “alerta” para os retrocessos que a Olimpíada ajudou a visibilizar. AzMina, então, se vale do caráter disjuntivo da “puta” e o relaciona diretamente a uma presença feminina que carregaria, de antemão, um potencial político-progressista:

O aumento da repressão estatal é escandaloso e escancarado, pessoas sendo retiradas de estádios e presas por protestarem contra um governo ilegítimo, e o que estou vendo são vertentes do feminismo legitimando essa repressão através da guerra moral contra mulheres que cobram por sexo. (PRADA, 2016)

Cabe, neste ponto, fazer uma breve reflexão sobre o momento histórico vivido pelo Brasil quando da vinda do evento para cá e que geraram o comentário acima, destacando a relação entre a história e a produção dos discursos. O país estava vivendo o processo de *impeachment* da primeira mulher eleita Presidente da República, materializado em diversos textos. O destaque aos Jogos, por vezes, era substituído por pautas políticas. O processo contra a Presidenta Dilma Rousseff teve um caráter, como aponta Rodrigues (2016) bastante misógino, sendo ela duramente ofendida por sua condição de mulher nos mais diversos veículos (especialmente naqueles que permitem a interação do leitor por meio de comentários). Muitos torcedores, contrários a esse processo e ao Governo provisório, à época, de Michel Temer, foram retirados dos locais de provas por portarem cartazes e fazerem protestos contra ele. Mesmo muito vaiado na cerimônia de abertura, no jornalismo tradicional não houve destaque para esse fato, apenas no exterior e em mídias alternativas isso foi relatado.

As Formações Discursivas que aparecem em suspeição nos textos de AzMina apontam para a necessidade de estabelecer outras vozes, que não masculinas e heteronormativas. Vou a outro recorte, qual seja o comportamento da mídia com relação à Seleção Feminina de Futebol durante os Jogos, especialmente pelas comparações feitas entre as equipes feminina e masculina nas primeiras fases das

disputas, com clara vantagem para elas em um primeiro momento, pois demonstraram resultados melhores do que eles, com vitórias incontestáveis, enquanto os “meninos” (em alusão à forma infantilizada como as jogadoras eram tratadas na mídia, sempre chamadas de “nossas meninas”) sofreram para se classificarem para as próximas etapas. Essas comparações, embora parecessem, finalmente, dar algum destaque para o bom trabalho realizado pelas atletas, acabavam reforçando enunciados de masculinização e virilização do futebol; enunciados de virilização das mulheres que jogam futebol e/ou enunciados de proibição, justamente por que as mulheres não seriam biologicamente capazes. Explico: a imprensa produziu um discurso cindido entre “nós” (brasileiros) e “elas” (mulheres), que acabou se invertendo em alguns momentos e ganhou força ao final das competições<sup>10</sup>.

Assim, ao exaltar a prática “delas” para – e, ao que parece, apenas para – colocar em xeque a “deles” é demonstrado que o “show de bola” era uma condição que se esperava dos homens, e não das mulheres; afinal, para além dos altos salários e grandes patrocínios que eles, os jogadores, recebem, enquanto elas jogam com quase nenhum incentivo, esse lugar sempre foi (e é ainda) um espaço do masculino e de identificação nacional.

Novamente, vê-se a posição de confronto de AzMina. *Abertura do futebol expõe machismo do comentário: “jogo de mulher é feio”* é um artigo em que a diretora executiva da revista, Nana Queiroz, comenta o que viu nas redes sociais quando da estreia das mulheres nos Jogos:

Na quarta, logo após o show de estreia do futebol feminino nas Olimpíadas, uma cara que sigo no Twitter comentou: "Eu não sou machista. Pelo contrário. Mas acho futebol feminino ruim. Não tenho nada contra mulher comentar futebol (isso sim seria machismo)". Hoje, depois de ver esse joguinho sem sal da seleção masculina, me peguei pensando na fala desse colega. E, pra mim, a comparação dos dois jogos foi a melhor resposta que os adeptos dessa opinião podiam ter. Mulherada ganhou de lavada da China, uma potência Olímpica. Os homens, sofreram contra África do Sul, um time que nem sequer arrepiá. Saíram de campo vaiados. (QUEIROZ, 2016)

Percebe-se que mesmo a autora tem dificuldades para desatrear o seu discurso dito feminista do discurso machista ao fazer a comparação, uma vez que seus argumentos acabam revelando o ineditismo do fato de as mulheres terem se

---

<sup>10</sup> Na sequência das disputas, elas ficaram sem medalha e eles conquistaram, pela primeira vez, o ouro Olímpico, e os discursos voltaram a relacionar a derrota delas a uma espécie de falta de capacidade de lidar com situações adversas, no limite, as mulheres não teriam a mesma capacidade de lidar com a pressão como eles. Mesmo mostrando um futebol “inferior”, segundo alguns críticos do esporte, eles entregaram, ao menos, o resultado.

saído, enfim, melhores que os homens nesse esporte. Aqui podemos pensar na polivalência tática dos discursos, quando um mesmo discurso pode funcionar em diferentes estratégias – de assimilação dos enunciados da virilidade futebolística e da incapacidade feminina. Além disso, a autora se vale daquilo que antes defini, com Nicholson, de fundacionalismo biológico: há uma categoria sexual feminina incomensurável em relação ao homem. Portanto, é sobre esta diferença que o discurso político de posituação desse feminismo das redes deve operar, trazendo à tona debates que possam mobilizar uma audiência de mulheres cada vez mais atenta aos enunciados de empoderamento.

#### 4.2 CORPO, SEXO E DIFERENÇAS POLIVALENTES

Nesta tensão entre o fundacionalismo biológico e o esforço de politização do debate, aparecem os discursos de protagonismo das mulheres nos Jogos Olímpicos, como vimos antes. AzMina recorre ao enunciado da igualdade para sustentar sua estratégia crítica. Em *O suor feminino vale menos – lei não protege atletas de preconceito salarial*, informa sobre a discrepância de ganhos financeiros entre atletas segundo seu gênero:

Às vésperas das Olimpíadas, é especialmente inevitável pensar em nossas atletas que ganham comissões gritantemente inferiores aos masculinos, sofrem discriminação relacionada à maternidade e são vítimas de assédio sexual e moral. Vale lembrar que na lista dos 100 atletas mais bem pagos do mundo apareciam apenas duas mulheres. Cabe aqui a pergunta: se a Constituição Federal atesta que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, não seria ilegal pagá-los quantias diferentes pelo mesmo trabalho? Ou os 45 minutos de bola rodada das mulheres são menos dignos que o mesmo tempo nos jogos masculinos?

Esse assunto nos remete a uma pauta importante dos discursos feministas, que é a busca pela equidade salarial entre os gêneros – pauta típica do feminismo acadêmico e militante que antes descrevi. AzMina assume a postura combativa em outros textos, como em *Por que não há uma única mulher entre os 39 atletas mais bem pagos do mundo*, em que coloca isso em questão:

Como o tênis resolveu a questão do machismo da audiência e conseguiu, assim, colocar as únicas duas mulheres da lista? Vendendo ingressos de maneira atrelada, explica Renata. Ou seja, quer ver Rafael Nadal? Leva no pacote uma disputa da Serena. Os prêmios também têm valores idênticos.

Lemos que na lista de 100 atletas, a primeira mulher a aparecer é, justamente, Serena Willians, na 40ª posição, e a próxima é a também tenista Maria

Sharapova somente na 88ª posição. Aqui, porém, mais uma vez a resistência dos discursos de AzMina aparece obedecendo a estratégias de assimilação: o artigo não aposta num discurso de “parceria” com os homens e numa urgência de obtenção de êxitos, diria, midiáticos. A prevalência masculina não é discutida e não se aponta uma alternativa a essa “fórmula de igualdade” dos campeonatos de tênis, aceitando de maneira implícita essa prevalência masculina em certas áreas.

Tal história desloca-se um pouco quando AzMina retoma a Ginástica Artística. Aqui, as mulheres são, sem dúvidas, as protagonistas. Ao menos, parecem receber uma maior atenção das mídias, mas é necessário ver o porquê de isso acontecer. Novamente nos vemos diante de uma *FD Estetizante* – que é preciso combater. O esforço característico dessa modalidade, que exige muita força, equilíbrio e (para elas, apenas) graça e elegância, molda corpos singulares. A baixa estatura contrasta com uma musculatura altamente trabalhada. Os homens, também muito fortes, praticam alguns aparelhos diferentes dos delas. Para eles, a força e o vigor. Para elas, a harmonia do gesto e os passos de *ballet*.

*Por que a ginástica é artística só para as mulheres* questiona essa diferenciação pois “foi impossível não notar que a apresentação feminina do solo é guiada por música, com passinhos e carão na coreografia, enquanto a masculina não tem som algum e fica restrita às acrobacias”. Diferentemente do que acontecia em outros textos, a polivalência presente em AzMina agora se volta contra uma sexualidade categorizante e biológica:

Sabemos que pelo menos no caso da ginástica artística, nado sincronizado e ginástica rítmica, a questão vai bem além das possíveis diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos: as regras são claramente sexistas. Elas partem do princípio de que as mulheres são mais dadas à beleza, ao artístico, ao carisma, enquanto os homens ficam com a técnica. O treinador Osmar Fagundes Oliveira Jr., de Guarulhos, que treinou Rebeca Andrade antes de entrar para a seleção, explica que “a ginástica masculina tem a ver com o treino para a guerra, enquanto a feminina foca mais no artístico”. (BERTHO, 2016)

Chamo atenção para dois enunciados, porém: “vai bem além das possíveis diferenças biológicas” e “claramente sexistas”. O funcionamento discursivo do texto de AzMina evoca discursos díspares: por um lado, pressupõe as diferenças biológicas como uma espécie de dado natural; por outro, assimila o discurso acadêmico de gênero, apontando para o sexismo. Noto, porém, que o sexismo, aqui, parece ser uma tática de manutenção da diferença sexual – o que acaba por colocar em xeque a força da própria crítica à imprensa heteronormativa. Ao comentar, nos

moldes de Foucault, os discursos da imprensa que considera machista, os textos de AzMina acabam por exigir o retorno de uma essência feminina que tentavam “denunciar”.

Por fim, quando se fala em discursos dos esportes e mulheres, cabe notar a proliferação de enunciados de objetificação: dos corpos das mulheres pela audiência e por quem produz conteúdo nas mídias; da crítica a esses corpos, segundo a ordem do feminismo das redes. Frequentemente, listas de musas circulam nos ambientes (virtuais ou não) e para além de dar visibilidade estigmatizada às mulheres – colocando-as em uma perversa relação com seu próprio corpo, pois, como mostrado, “estar em forma” é uma cobrança permanente mesmo quando o destaque deveria ser para uma vitória em sua categoria –, a objetificação é mais uma das arenas em que se encenam lutas discursivas de AzMina.

*Por que a cultura das musas do futebol precisa acabar* fala desse lugar em que as mulheres são colocadas (nesse caso especificamente no futebol, mas que serve, também, para os demais esportes): objeto sexual.

Ao colocar no topo das páginas esportivas mulheres seminuas – sem jamais fazer o mesmo com os homens nem dar importância igual à cobertura dos esportes femininos –, a mídia está colaborando com a perpetuação de uma cultura que estimula a violência sexual e incute, na cabeça da audiência, a ideia de que essas mulheres não são sujeito, apenas objeto. Não interessa o que pensam e sentem, sequer os seus talentos com a bola, apenas seus corpos. (AZMINA, 2016)

*E mulheres falando de musos das Olimpíadas, pode?* é outro artigo que problematiza essa questão, mas agora devido às reações nas redes sociais à aparição de “belos homens” nas nossas televisões e jornais. Aqui, ressalto o caráter contraditório apontado pela própria estratégia argumentativa:

Do lutador de taekwondo de corpo besuntado de Tonga, Pita Taukatofua, passando pela seleção australiana de barbas ruivas e o sorriso matador de Shani Davis, do time de patinação dos EUA, as mulheres – até as mais feministas – foram à polvorosa nas redes sociais na noite de sexta-feira (05). Era muita beleza e muita diversidade nesta abertura da Rio-2016! Mas, se por um lado afirmar que mulheres também têm desejos é um gesto de libertação contra padrões machistas, por outro, não seria uma contradição com a oposição à objetificação sexual das atletas mulheres? (QUEIROZ, 2016)

O artigo afirma que há diferenças, segundo a autora e a entrevistada, na forma como acontece essa exaltação da beleza quando parte das mulheres em relação aos homens, que as mulheres não tratam os homens como primeiro “musos”, depois atletas, eles seriam valorizados tanto por uma coisa quanto por

outra. Porém, há um problema nesta afirmação, uma vez que elas mesmas são as fontes desses discursos e procuram, assim, falar por todas as mulheres do mundo, generalizando a forma de recepção das fotos e imagens dos homens pelas mulheres, como se nós fôssemos incapazes de, também, objetificar corpos. Será que algumas mulheres não enxergam homens como objetos e sexualizam esses sujeitos, em alguma medida, assim como ocorre com os homens em relação às mulheres? A admiração dos corpos masculinos feitas por nós são sempre “cheias de boas intenções”?

Essa generalização apressada aponta para um discurso que acaba por conceber uma identidade geral para a sexualidade feminina – a-histórico e a-político. AzMina, em seu esforço de ler os feminismos de maneira militante, acaba por assumir uma identidade universal e sexual para as mulheres: sujeitos passivos que escondem ou mascaram seus desejos, que não sentem atração física pura e simples por outras pessoas. Polivalente, ainda, este discurso da objetificação exige a contradição: afirmar que a *FD Estetizante* é mais cruel com elas, pois, na intenção do “elogio” estaria causando um dano à sua condição de esportista, é negar que também existe uma *FD Estetizante* que atua sobre os corpos masculinos, que faz com que uns sejam mais atraentes do que outros, portanto dignos de serem exaltados nas redes por elas como “espécimes” acima do normal.

Aparentemente, o discurso de pretensa resistência radical recai, em alguns momentos, no binarismo que tenta combater. Assim, a apropriação dos discursos de gênero (sobretudo acadêmicos) pela Revista AzMina sofre, por vezes, de uma “crise de identidade”. Ao mesmo tempo em que usa a concepção de gênero como uma construção social, na qual as mulheres foram produzidas como seres inferiores aos homens – e isso deve ser combatido –, quando convém, elas amparam-se no discurso biológico tanto para tentar resistir quanto para tentar exercer algum poder, ratificando a incomensurabilidade natural. Veja-se, por exemplo, *Como a medicina transformou menstruação e gravidez em vantagem para atletas* (QUEIROZ, 2016), que mostra como a medicina esportiva tem avançado e transformado o que eram desvantagens para as mulheres (como menstruação e gravidez) em aliadas. Mais uma vez, a biologia entra como um fator que, neste caso, positiva tais tabus e coloca as mulheres à frente dos homens.

Enfim, o que se viu nos discursos que a AzMina reproduz foi uma relação tortuosa dos conceitos de gênero e feminismo que mostrei, a partir de Nicholson e

Scott, neste trabalho, e que tem por finalidade resistir aos discursos machistas, usando para tanto o jogo discursivo mais conveniente com aquilo que tenta provar, ou seja, usando-os de modo polivalente em sua militância empoderada e midiática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em tempos em que a comunicação é mais dinâmica e interativa, e a possibilidade de ocupar espaços de resistência apresenta-se para qualquer pessoa que disponha de algum acesso às redes. Os discursos feministas, embora não sejam recentes, encontraram no ambiente virtual condições para exercer uma militância e disseminar os estudos sobre gênero.

A Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, e a cobertura jornalística feita por diversas mídias sobre esse evento chamaram a atenção pela forma desigual de tratamento dado às atletas mulheres em relação aos homens. O espaço do jornalismo – assim como o meio esportivo – é majoritariamente masculino, e isso reflete nessas matérias que são tomadas como “machistas” ou “sexistas”. As mulheres, por sua vez, retomam esses enunciados para sobrepor a eles uma visão formada a partir de discursos feministas, de equidade e de empoderamento.

A análise dos artigos publicados pela revista AzMina revelou que a mídia tradicional mobiliza as formações discursivas estetizantes e familiar-conjugal para situar as mulheres que praticam esportes profissionalmente em padrões patriarcalistas, que busca combater. No entanto, ao mesmo tempo em que refuta em alguns momentos a ideia de gênero que se funda nas diferenças biológicas entre os sexos, os requisita quando estes ajudam a positivar as mulheres. Esse comportamento contraditório dos discursos de AzMina revela o que Foucault chamou de *regra da polivalência tática dos discursos*, em que, a depender da estratégia que se queira usar, um mesmo discurso pode atuar tanto como uma resistência ou como uma maneira de retomar e permanecer no interior de uma posição de poder.

A dualidade mostrada por AzMina, porém, não deslegitima a causa que busca defender. Apenas alerta para uma necessidade de ampliação dos estudos nas áreas de gênero e feminismos e de mídia e gênero, a fim de que se chegue a uma discursividade apoiada não mais na diferença biológica entre homens e mulheres, mas que se ampare na produção de gênero como uma construção social que carece de mudanças para que as mulheres – esportistas ou não – sejam tratadas de forma menos estigmatizada em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

AZMINA. **Revista AzMINA**. Disponível em: <<http://azmina.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

BAHIA, Letícia. **Ingrid Oliveira, atleta dos saltos ornamentais, faz sexo - e sua mãe também.** 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/13/ingrid-oliveira-atleta-dos-saltos-ornamentais-faz-sexo---e-sua-mae-tambem.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que o assalto de Gisele Bünchen nas Olimpíadas revela sobre o Brasil.** 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/02/o-que-o-assalto-de-gisele-bunchen-nas-olimpiadas-revela-sobre-o-brasil.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BERTHO, Helena. **Por que a ginástica é artística só para as mulheres.** 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/15/por-que-a-ginastica-e-artistica-so-para-as-mulheres.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL, Ubiratan. **Olimpíada do Rio se consolida como os 'Jogos da diversidade'.** Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,olimpiada-do-rio-se-consolida-como-os-jogos-da-diversidade,10000069778>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Ministério dos Esportes. **Diagnóstico Nacional do Esporte.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/index.html>. Acesso em: 15 abr.2017.

BRITO, Daniel. **Saltadora brasileira no Pan se choca com comentários em foto de maiô.** 2015. Disponível em: <<https://pan.uol.com.br/noticias/2015/07/08/saltadora-brasileira-no-pan-se-choca-com-comentarios-em-foto-de-maio.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier de. **Gênero e sexualidade na Olimpíada Rio 2016.** 2016. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/artigos/genero-e-sexualidade-na-olimpiada-rio-2016/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível.** Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa, 2006

COLLING, Ana Maria. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

EXTRA. **Jornal português exagera sobre 'Caso Ingrid' e diz que brasileira foi expulsa da Vila após 'maratona de sexo'**. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/esporte/rio-2016/jornal-portugues-exagera-sobre-caso-ingrid-diz-que-brasileira-foi-expulsa-da-vila-apos-maratona-de-sexo-19945611.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LAURETIS, Teresa de. La tecnología del género. In: LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. London: Mcmillan Press, 1989. p. 1-30.

LISBOA, Ana Paula. **Descuido com assédio faz com que transporte público não seja um legado**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/17/descuido-com-assedio-faz-com-que-transporte-publico-nao-seja-um-legado.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MAINGUENAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCO A. Cunha cita 'beleza' como esperança para futebol feminino ganhar mais atenção. **ESPN.com.br**. Disponível em: <[http://espn.uol.com.br/noticia/518861\\_marco-a-cunha-cita-beleza-como-esperanca-para-futebol-feminino-ganhar-mais-atencao](http://espn.uol.com.br/noticia/518861_marco-a-cunha-cita-beleza-como-esperanca-para-futebol-feminino-ganhar-mais-atencao)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

OLIVEIRA, Tory. **Ricardo Barros e a culpa "das mães" na obesidade infantil**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/ricardo-barros-e-a-culpa-das-maes-na-obesidade-infantil>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

POR unanimidade, COI aprova agenda com 40 mudanças nas Olimpíadas. **Globo Esporte.com**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/12/por-unanimidade-coi-aprova-agenda-com-40-mudancas-nas-olimpiadas.html>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PRADA, Monique. **Prostituição e feminismo podem se aliar nestas olimpíadas**. 2016. Disponível em: <Prostituição e feminismo podem se aliar nestas olimpíadas>. Acesso em: 26 jun. 2017.

QUEIROZ, Nana. **Abertura do futebol expõe machismo do comentário: “jogo de mulher é feio”**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/04/abertura-do-futebol-expoe-o-machismo-do-comentario-jogo-de-mulher-e-feio.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Atletas gordos da Rio-2016 nos fazem quebrar preconceitos de saúde e beleza**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/12/atletas-gordos-da-rio-2016-nos-fazem-quebrar-preconceitos-de-saude-e-beleza.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Como a medicina transformou menstruação e gravidez em vantagem para atletas**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/18/como-a-medicina-transformou-menstruacao-e-gravidez-em-vantagem-para-atletas.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **E mulheres falando de musos das Olimpíadas, pode?** 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/06/e-mulheres-falando-de-musos-das-olimpiadas-pode.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Por que a cultura das musas do futebol precisa acabar**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/07/01/por-que-a-cultura-das-musas-do-futebol-precisa-acabar.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ROCHA, André Ítalo; MONTEIRO, Tânia. **Temer: Ninguém melhor do que a mulher para indicar 'desajustes de preços no supermercado'**. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,temer-ninguem-melhor-do-que-a-mulher-para-indicar-desajustes-de-precos-no-supermercado,70001691954>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RODRIGUES, Laís Modelli. **Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na Era das Redes Sociais na Internet**. 2016. 161 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2016.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 12, p.17-22, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000300002>.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez. 1995.

SEXO e briga na Vila Olímpica: dupla dos saltos ornamentais vai se separar. **iG Olimpíadas**. 2016. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/olimpiadas/2016-08-10/briga-sexo-vila-olimpica-ingrid-giovanna.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SILVA, Marcia Veiga da. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.490-504, 3 dez. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p490>.

URIBE, Gustavo. **'Ninguém faz limpeza melhor do que a mulher'**, diz relator da terceirização. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1869091-ninguem-faz-limpeza-melhor-que-a-mulher-diz-relator-da-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

VELOSO, Ana. Mulher e mídia no Brasil: “uma pauta desigual”? In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO: ARTICULAÇÕES E PERSPECTIVAS**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 408-423.

VICENTIN, Carolina. **Exigência de beleza e uniforme curto atrapalham mulheres, dizem estudiosos**. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/colunas/azmina/2016/08/03/exigencia-de-beleza-e-uniforme-curto-atrapalham-mulheres-dizem-estudos.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ZUCCHI, Gustavo. **COI muda regra e permite atletas transgêneros na Olimpíada**. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,coi-muda-regra-e-permite-atletas-transgeneros-nas-olimpiadas,10000053822>>. Acesso em: 29 maio 2017.